

A.C. SCARTEZINI

ANC

p 2

CORREIO BRAZILIENSE

Constituinte na mira

Ao reunir esta manhã os líderes do Governo, o presidente Sarney terá sobre sua mesa uma relação de dispositivos aprovados em primeiro turno pela Constituinte e cujos expurgos da Constituição considera fundamental à governabilidade, como gosta de dizer desde que a Assembléia retirou-lhe alguns poderes nas primeiras votações.

Nas votações de segundo turno desponta, na relação do Presidente, a reforma tributária, que transfere mais de 17 por cento da renda federal aos Estados e municípios. O Governo já preparou o seu programa de cortes de despesas para compensar a evasão tributária, mas ainda espera algo da Constituinte.

O programa de cortes foi fechado no final da semana como peça definitiva — e pode até ser mesmo definitiva —, mas as pressões para mudá-lo serão fortes. As pressões começaram na sexta-feira, na reunião em Brasília com os secretários estaduais da Fazenda, mas a amostra até foi pouca. Virão mais fortes, ainda, esta semana.

Atrás dos secretários estarão os governadores, alarmados, por exemplo, com a redução das verbas do Ministério do Interior. Os governadores do Nordeste descerão ao Planalto com toda a sua verbosidade. Ao lado deles, estarão os ministros em busca da recomposição de suas verbas, metas de trabalho e repartições ameaçadas de extinção.

Toda a pressão pode desviar-se em parte

para a Constituinte, em busca de apoio à manutenção de programas de trabalho sob risco de eliminação. Programas específicos que os Estados e municípios, embora tendo uma renda maior, ainda não sabem ou não podem operar. Mas não se trabalha com essa hipótese, por uma questão de realismo.

Realismo que será mais efetivo em outro ponto político da lista de governabilidade de Sarney. É o componente parlamentarista infiltrado no sistema presidencialista aprovado em primeiro turno. A possibilidade de o Parlamento derrubar ministros pelo voto de desconfiança é uma prerrogativa parlamentarista que está na mira.

Há parlamentaristas constituintes favoráveis à desparlamentarização do presidencialismo: cria o risco de conflitos institucionais ou desmoraliza o parlamentarismo, que poderia vir no futuro. Por isso, a desparlamentarização pode sair.

Mais difícil para o Governo será a redefinição de empresa nacional, para espantar o modelo do primeiro turno que afugenta o capital estrangeiro. Enquadra-se aqui a questão da exploração mineral, também na mira.

É a reação do Planalto depois que, na semana passada, viu a Constituinte confirmar outros pontos como a ampliação do direito de greve, o turno de seis horas de trabalho, o voto aos 16 anos e a prisão apenas em flagrante ou por ordem judicial.

22 AGO 1988

22 AGO 1988